

## O CAVALEIRO ANDANTE DE DESTEMIDO CORAÇÃO:

### CELSO FURTADO E A SAUDADE DO FUTURO<sup>1</sup>.

*Rogério Naques Faleiros<sup>2</sup>*

*Ednilson Silva Felipe<sup>3</sup>*

*Daniel Pereira Sampaio<sup>4</sup>*

**Resumo:** No atual contexto político, econômico e social, marcado pela ascensão liberal-conservadora, é premente a retomada dos clássicos do pensamento social brasileiro. Celso Furtado oferece uma vasta literatura para pensar o Brasil, por uma perspectiva desde a América Latina, construindo um aporte teórico marcado pela discussão do subdesenvolvimento, criatividade e dependência, que permite a avaliação crítica da realidade brasileira. A materialização de sua teoria encontra aplicação no desenho de um projeto nacional de desenvolvimento, marcado pela reflexão teórica e ação concreta, na busca de superação das amarras colocadas ao desenvolvimento brasileiro. Palavras-Chave: Celso Furtado, Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Brasil, Autoritarismo.

**Abstract:** In the current political, economic and social context, marked by the liberal-conservative rise, it is urgent to resume the classics of Brazilian social thought. Celso Furtado offers a vast literature to think about Brazil from a Latin American perspective, constructing a theoretical contribution marked by the discussion of underdevelopment, creativity and dependence, that allows the critical evaluation of the Brazilian reality. The materialization of his theory finds application in the design of a national development project, marked by theoretical reflection and concrete action, in the search of overcoming the moorings placed in Brazilian development.

**Keywords:** Celso Furtado, Development, Underdevelopment, Brazil, Authoritarianism.

*“Havia que cuidar do imediato. O cachorro, meu companheiro de longas caminhadas nas areias da praia, dei-o ao filho do vizinho, que dele se afeiçoara. O que havia de utensílios de copa e cozinha, dei-os à senhora que cuidava da casa (...) Dois dias depois de meu enclausuramento voluntário, visitou-me um dos mais graduados militares – eram vários, quase todos especialistas – que trabalhavam sob minhas ordens na SUDENE e nas empresas por ela criadas. Mostrou-me constrangido um papel assinado pelo Comandante do IV Exército incumbindo-o de me substituir, pequeno fato que vinha me alertar que já não vivíamos em estado de direito, instalara-se no país uma ditadura militar”. Celso Furtado, A Fantasia Desfeita, 1989.*

<sup>1</sup> Versão modificada deste artigo será publicada na Revista Serviço Social e Sociedade, edição n. 35, mai-jun de 2019.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e econômicas da UFES. Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. É coordenador do GPIECA – Grupo de Pesquisas em Inovação e Desenvolvimento Capixaba. Doutor em Economia pela UFRJ.

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP.

É momento de retornar aos clássicos. Este texto foi escrito entre setembro e outubro de 2018, às vésperas das eleições dos cargos legislativos e executivos em nível estadual e federal. Contexto duro, difícil, de refregas intermináveis e de aparente triunfo dos desavisados. Como diria Nelson Rodrigues “a ignorância perdeu a sua modéstia [e a vergonha]”, e aquilo que parecia sepultado no passado retorna à cena enfurecido e armado, tal como *Hades*, filho de Cronos e Réia, que na mitologia grega representa o mundo dos demônios e das profundezas. Novamente nos vemos entre, de um lado, a democracia e sua defesa, e, de outro, o conservadorismo militarista galopante, situando-nos à beira do abismo. Os mais otimistas, como nós, esperavam que após três décadas de abertura política as instituições democráticas tivessem definitivamente se enraizado em nossa sociedade e em seu conjunto de valores éticos e morais, consubstanciados no pacto social da Constituição de 1988. Contudo, nos vemos em face de nova cruzada contra a democracia e a liberdade.

O esgarçamento político ocorre no contexto da maior crise econômica da história republicana do país. Em 2014 o Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) cresceu apenas 0,5%. Seguidamente, em 2015 e 2016, o PIB diminuiu em 3,5%. Já em 2017 registramos um tímido crescimento de 1,0%, com projeções otimistas de 1,4% para 2018. Definitivamente, a economia nacional enfrenta dificuldades na busca de novo modelo de desenvolvimento e num contexto internacional nada auspicioso, onde ainda não foram vislumbradas soluções concretas para a crise do capital. Em decorrência do baixo dinamismo, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam, para o segundo trimestre de 2018, a existência no país de treze milhões de desempregados, um cenário social tenebroso. O trabalho por conta própria, muitas vezes informal, já é uma realidade na vida de um em cada quatro brasileiros.

As discussões sobre o desenvolvimento econômico, ou sobre o subdesenvolvimento e seu enfrentamento parecem superadas no atual contexto. Poucas são as alternativas viáveis que apontam para o estabelecimento de um centro interno de decisões (em termos furtadianos), num contexto de consolidada transnacionalização do capital que indica permanência na longa duração histórica. Tal lógica, caracterizada pela integração dos mercados financeiros, reduziu a soberania na política econômica e tornou cada vez mais difícil a aplicação de uma política monetária autônoma, que não seja de caráter recessivo (FURTADO, 1992:15), condenando o Brasil à interrupção de suas possibilidades de progressos material, cultural e civilizacional, ou seja, de seu projeto próprio de futuro.

O dramático quadro de crise foi assim descrito por Furtado em 1993:

*“Hoje em dia vivemos em uma época marcada por perda total de rumo. Houve época em que existia uma utopia, o homem da civilização ocidental viveu sempre agarrado em alguma utopia, com a ideia de que o futuro pertence a um ser superior. Os gregos tinham uma ideia de futuro bem pessimista, consideravam que o passado é que era importante, e os mitos estavam no passado. A civilização ocidental é marcada por isso tudo, e a própria ideia de providência, que está no pensamento de todo cristão, liga-se a isso. Acontece que pela primeira vez nos encontramos diante de uma espécie de vazio. O futuro é um buraco negro que resulta, a meu ver, essencialmente do caminho que tomaram a ciência e a tecnologia. A ação do homem sobre o planeta, embora baseada no conhecimento científico, mudou a interpretação do mesmo planeta e levou a essa situação gravíssima de destruição da base de recursos naturais, à camada de ozônio, a toda a tragédia ecológica. Tudo isso nos leva hoje a uma situação de pessimismo, de incerteza com respeito ao futuro”. (Kugelmas, 2011: 380).*

É justamente neste adverso contexto, já descrito pelo autor no início dos anos noventa, que assumimos a tarefa de apresentar aos leitores alguns pontos relevantes e atuais do edifício teórico-histórico de Celso Furtado e de seu projeto social, bem como o diagnóstico das dificuldades da nação e do povo frente ao neoliberalismo e seus correlatos câmbios estruturais. Seria hoje o pensamento do autor capaz de iluminar os caminhos para um novo plano nacional de desenvolvimento? Reunimos condições de desfazer as amarras da dependência econômica e cultural que assolam o Brasil nos quadros da transnacionalização do capital?

### **O “demiurgo” e o diagnóstico: o Subdesenvolvimento.**

Advindo dos bancos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina – ONU), Furtado estribou-se, no plano teórico-sociológico, em Max Weber (ação social, tipo ideal, racionalização da vida), J.M. Keynes (demanda efetiva, agregada, o papel do Estado, o Investimento), Karl Mannheim (sociologia do conhecimento<sup>5</sup> e ideologia), J. A. Schumpeter (fluxo circular da renda, inovação tecnológica) e em Raul Prebisch (deterioração dos termos de troca, relações centro-periferia) destacadas referências teóricas e humanísticas. De outro, no plano historiográfico, embeveceu-se na Escola dos *Annales*, em Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e, em especial, Caio Prado Jr., a quem cultivava velada admiração. A junção de rara formação de excelência tanto ao nível teórico quanto ao histórico proporcionou a Furtado possibilidades criativas inéditas na construção de

---

<sup>5</sup> No documentário *O Longo amanhecer – uma biografia de Celso Furtado*, de 2007, Maria da Conceição Tavares caracteriza, aos 47 minutos e 16 segundos, Celso Furtado como um “Homem de Ação”, ao mesmo tempo um Intelectual e Político.

uma complexa relação entre teoria e história, tecendo trama auto estruturante<sup>6</sup>, cujo objetivo sempre fora a intervenção e transformação da realidade, numa espécie de demiurgia.

Deixemos de lado *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959 e sobejamente conhecida. Não por não a considerarmos uma obra prima do tensionamento entre história e teoria e de aplicação do método histórico-estrutural, paradigma de toda uma geração de pesquisadores e formuladores de políticas na América Latina. O faremos porque não acrescentaríamos nada superior àquilo destacado por Francisco de Oliveira em seus ensaios sobre Celso Furtado (OLIVEIRA, 2003: 83-102) e em coleção de artigos organizada em comemoração aos 50 anos deste livro clássico organizado por Araújo, Vianna e Macambira (2009).

Tratemos aqui de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, livro publicado em 1961. Nesta obra Furtado pontua os elementos para uma teoria do subdesenvolvimento, indicando que o modelo clássico de desenvolvimento industrial, na forma como concebidos nos grandes centros universitários do mundo ocidental, possuem propósitos limitados aos objetivos das periferias do sistema (FURTADO, 1961:163), dado que apresentam a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui nítida dimensão histórica, em crítica direta e a autores do pós-guerra como Kaldor, Harrod e Domar<sup>7</sup>. Assim, libertando-se das amarras dos modelos em sua primeira obra de caráter teórico mais amplo<sup>8</sup>, Furtado indica que um modelo abstrato, derivado de uma experiência histórica limitada e às articulações de determinadas estruturas, não pode pretender elevado grau de generalidade (FURTADO, 1961: 164). Referindo-se às economias desenvolvidas, o autor assim analisa a questão de sua derivação e validade histórica:

*“Superada a primeira etapa do desenvolvimento, durante a qual foram erodidas as velhas estruturas econômicas, os fatores dinâmicos da economia industrial começam a operar, simultaneamente, do lado da oferta e do da procura. (...) evidenciam-se, com clareza, a íntima interdependência existente entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas de seu desenvolvimento. Essa tecnologia, na forma em que se apresenta hoje, incorporada aos equipamentos industriais, resulta, portanto, de um lento processo de decantação. Nesse processo só influíram, de maneira fundamental, condições específicas de algumas nações,*

<sup>6</sup> “Assim, não há uma teoria que se aplique à história, nem o contrário, uma história que seja explicada pela teoria: o andamento se faz tecendo fios de uma construção auto estruturante”. É isso o novo em Celso Furtado (OLIVEIRA, 2003, 84). O termo “Demiurgo” tomamos emprestado junto a Francisco de Oliveira (2003).

<sup>7</sup> Nicholas Kaldor em “*A model of economic growth*” (1971), Harrod em “*An essay in dynamic theory*” (1949) e Domar em “*Capital expansion, rate of growth and employment*” (1947). Citamos também Paul Rosenstein-Rodan e W. Arthur Lewis.

<sup>8</sup> A crítica aos modelos de desenvolvimento não é gratuita. Ao fazê-la, Furtado indicava a inaptidão das ideias liberais (e posteriormente neoliberais) em relação aos interesses de projetos de desenvolvimento com maior grau de autonomia nas periferias. O tema aparece em diversas obras do autor, ao que destacaremos nesta breve nota o livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e *Brasil: a Construção interrompida* (1992).

*sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos, países que, sob vários pontos de vista, constituíram um só sistema econômico. Derivar um modelo abstrato de mecanismo dessas economias, em seu estágio atual, e atribuir-lhe validade universal valeria por uma reencarnação do homo oeconomicus, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. A dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, exige uma formulação desse problema em termos distintos". (FURTADO, 1961: 178, grifos nossos).*

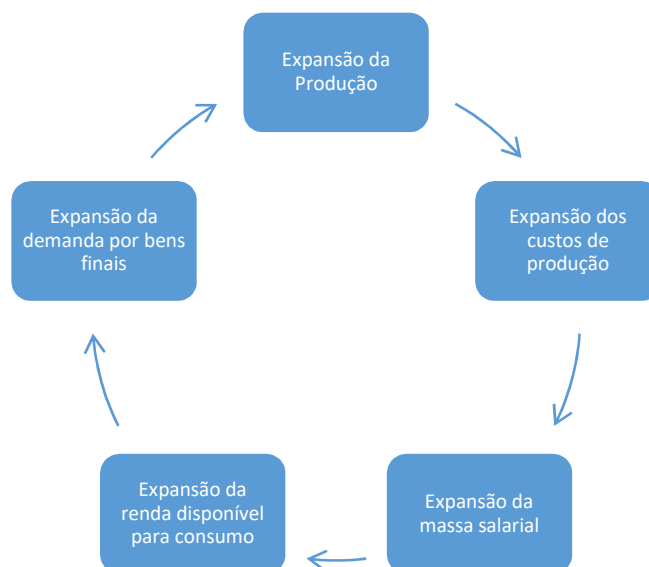
Ou seja, os efeitos de encadeamentos e os impactos do avanço tecnológico sobre o conjunto da sociedade apresentavam-se de forma mais homogênea nas estruturas do desenvolvimento, em elos que passavam pelo aumento da produtividade, da expansão da massa salarial e crescimento da demanda por bens finais. A expansão da produção, causada pelo aumento de produtividade e certo *gap* temporal de difusão tecnológica levava à expansão dos custos de produção, basicamente a expansão da massa salarial. Este fenômeno, por sua vez, encaminhava o aumento da renda disponível para o consumo, expandindo a demanda por bens finais, retroalimentando a expansão da produção e a crescente espiral tecnológica que veio a situar os países ditos desenvolvidos em posição central no sistema capitalista, visto o seu domínio sobre a ciência e a inovação.

O aumento da produtividade impactava positivamente sobre a massa salarial, considerando-se, como ponto de partida, a mais equânime distribuição de renda e correlata homogeneidade social. Ademais, as pulsões pelo aumento da produtividade atravessavam a totalidade das cadeias produtivas, estabelecendo um círculo virtuoso entre os setores produtores de bens de capitais e os produtores de bens de consumo, ou, nas palavras do próprio autor, constituíam um só sistema econômico. Salienta-se em Furtado o primado do mercado interno sobre a formação do produto, sendo as exportações complementares à dinâmica interna<sup>9</sup>. Senão, vejamos abaixo:

---

<sup>9</sup> Vladimir Lenin terá posição oposta, indicando a importância da exportação de capitais no contexto do capitalismo monopolista. (LENIN, 1979: 60).

Figura 1 – Círculo virtuoso de expansão em economias desenvolvidas



Fonte: Elaboração própria a partir de FURTADO (1975).

Os efeitos vistos acima, em função de uma série de determinações históricas, não reuniam condições objetivas de serem repetidos nos países de passado colonial (escravidão), a despeito de influenciarem toda uma família de modelos típicas do *mainstream*.

Em percepção ao vazio teórico existente na análise das trajetórias históricas dos países pobres, Furtado ofereceu sua maior contribuição ao Brasil e à América Latina: A Teoria do Subdesenvolvimento, num esforço de “pensar em si a partir de si”, afrontando qualquer complexo de vira-latas. Vêm à tona o passado colonial, a questão da oferta de mão-de-obra, as relações centro-periferias, a divisão internacional do trabalho, a heterogeneidade estrutural, a distribuição do excedente econômico e o desenvolvimento desigual<sup>10</sup>, elementos centrais na análise. O autor constata que o impacto da expansão do capitalismo sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi, quase sempre, a criação de **estruturas híbridas**, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. (FURTADO, 1961: 180).

O subdesenvolvimento, então, é caracterizado como um “processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram

<sup>10</sup> “Apesar de todos os possíveis predecessores que possam ser apontados como inspiradores da teorização cepalina do subdesenvolvimento, de que Celso Furtado é um dos autores, há poucas dúvidas de que o conceito de subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo – e não como um elo na cadeia do sequenciamento que vai do não-desenvolvido ao desenvolvido – é uma criação cuja densidade e cujo poder heurístico explicativo da especificidade da periferia latino-americana só foram plenamente alcançados com os trabalhos da Cepal e sua mais abrangente e aprofundada elaboração por Furtado”. (OLIVEIRA, 2003: 109).

grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1961:180). O pensamento do autor indica que os processos de desenvolvimento apresentam singularidades que derivam do fato de que cada formação social é específica e única, rejeitando-se visões a-históricas e apriorísticas. Nesse sentido, cada nação é **única** em seu processo de desenvolvimento, sendo que a compreensão desses processos deve levar em conta, com todas as suas especificidades; i) as relações entre países, no contexto de uma divisão internacional do trabalho, ii) o padrão de acumulação da riqueza instalado ao longo do tempo, e iii) a reprodução do subdesenvolvimento, pois os seus mecanismos não são estáticos, mas mutáveis no tempo e no espaço, considerando o padrão de acumulação vigente e as relações estabelecidas com as distintas hegemonias. Noutros termos, na análise das singularidades do (sub) desenvolvimento deve-se somar à prática dos economistas e cientistas sociais os saberes e instrumentos dos historiadores: o tempo e o espaço.

Os efeitos da difusão tecnológica em países subdesenvolvidos serão diametralmente opostos em relação ao que vimos acima. À expansão da produção corresponde a um padrão de difusão tecnológica que não atende às especificidades das periferias, visto que não dominam o núcleo de inovação e tecnologia e incorporam tecnologias não compatíveis com suas necessidades, redundando em expansão não proporcional dos custos de produção. Aqui age a heterogeneidade estrutural<sup>11</sup>, tanto ao nível regional quanto ao nível das classes sociais, étnico e racial<sup>12</sup>. Ademais, em função da dupla realidade que caracteriza os países de passado colonial, qual seja, a percepção de um setor moderno e dinâmico em convivência com um setor arcaico e estagnado (ao nível da produtividade), verifica-se também o problema das escalas e escopos de produção, não adequado às realidades latino-americanas e, portanto, disfuncional à distribuição de renda.

À expansão desproporcional dos custos de produção corresponde a expansão concentrada da massa salarial em regiões mais modernizadas e industrializadas da periferia, em geral ultradinâmicas e caracterizadas por alguma mobilidade social<sup>13</sup>, situação que encaminha, evidentemente, às crônicas e gritantes desigualdades regionais dentro de um mesmo país. Neste quadro, a expansão da demanda por bens de consumo finais precisará de uma classe social ungida e com poder de compra suficientemente dilatado para efetivar o consumo conspícuo ao nível do padrão de consumo das elites e classes médias altas internacionais e cosmopolitas<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Expressão cunhada por Aníbal Pinto em 1970, em *“Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente”*.

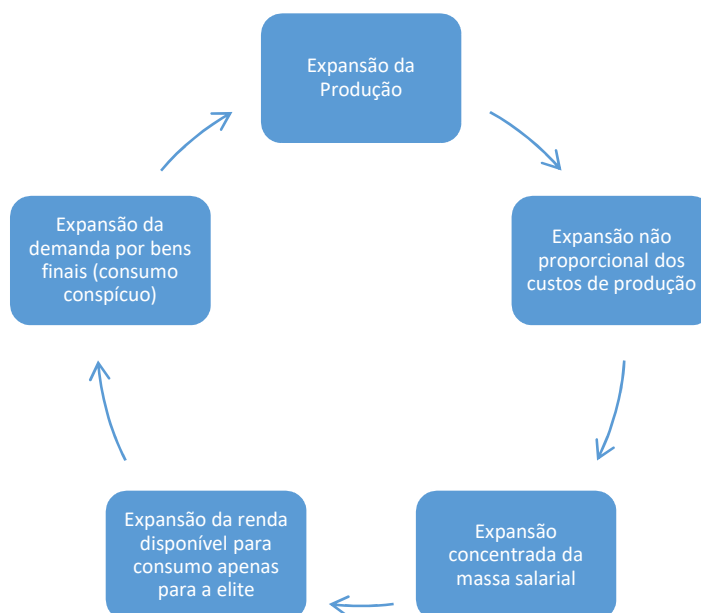
<sup>12</sup> Ver FERNANDES, F. (1976).

<sup>13</sup> Ver CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAIS, F. (2009).

<sup>14</sup> Tal ideia está mais claramente colocada por Celso Furtado em *“Análise do modelo brasileiro”*, escrito em 1975. Este livro, ao lado de *“O mito do desenvolvimento econômico”* de 1974, caracterizam-se como desdobramentos

Trata-se de uma lógica de imposição cultural, o mimetismo, que condena nossas elites a se reconhecerem modernas e a manterem seu *status quo* a partir do crivo de seu padrão de consumo. A modernização dos padrões de consumo, verificada, então, nas periferias do sistema, tornam-se a prova nítida do subdesenvolvimento, de uma sociedade que esteriliza poupança interna correndo atrás do inalcançável. Segue-se uma nova rodada de expansão da produção, que explicitará e alimentará os desequilíbrios estruturais do subdesenvolvimento em escalas cada vez mais amplas de concentração de renda, irracionalismo e barbárie. Vejamos abaixo a síntese do argumento:

*Figura 2 – Círculo vicioso da exclusão e da desigualdade.*



*Fonte: Elaboração própria a partir de FURTADO (1975).*

---

dos debates travados com Maria da Conceição Tavares e José Serra, de 1972. Segundo os autores “Furtado vincula a estagnação econômica à perda de dinamismo no processo de industrialização apoiado na substituição de importações. Nesse sentido, centra sua análise na evolução e comportamento da estrutura de demanda dependente, por sua vez, da distribuição de renda (...). Progressivamente, a faixa de substituições possíveis e rentáveis foi-se restringindo a bens de consumo duráveis de maior valor e bens de capital... e isso teria criado importantes problemas de escala (TAVARES & SERRA, 1977: 160). (...). Nossa ideia é de que a crise [anos sessenta] que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do ‘modelo’ substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, **a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade**” (TAVARES & SERRA, 1977: 157, grifos nossos). As críticas são mais diretamente encaminhadas ao livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, publicado em 1966. Para o debate da estagnação ver Salm (2011).



Permanecerá então a heterogeneidade tecnológica e estrutural, mantendo-se a elasticidade de mão de obra. Furtado, mais uma vez, é certo no diagnóstico:

*“De uma maneira geral, todas as formas que assume a criatividade humana podem ser postas a serviço do processo de acumulação. Mas são aquelas cujos resultados são por natureza cumulativos – a ciência e a tecnologia – que melhor satisfazem as exigências desse processo, o que lhes vale lugar privilegiado que ocupam na civilização industrial [referindo-se aos países desenvolvidos]. (...) A criação de novas formas sociais é certamente inseparável de um sistema de valores (...). Num sentido objetivo, esse tipo de acumulação [nas periferias] cria antinomias sociais mais agudas do que aquelas que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo nos países que conheceram a revolução burguesa. Mas as projeções no plano político estão longe de ter a mesma relevância. De uma ou outra forma, a massa da população é mantida sob tutela: a participação no processo político da massa assalariada faz-se sob o controle de grupos que integram a estrutura tradicional de poder. (...) Ora, dada a especificidade dos problemas que nesses países [periferias] coloca a intensificação da acumulação, a inventividade no plano das formas sociais é **tanto ou mais importante** do que em outros contextos. A tendência ao **mimetismo**, alimentada pela dominação ideológica, substitui uma forma de **imobilismo** por outra”.* (FURTADO, 1978:77-82).

Há que se destacar também o papel institucional neste processo, pois o **Estado**, tendo o Brasil como exemplo, cumprirá tarefas importantes no que se refere ao mecanismo fiscal e cambial, possibilitando alguma margem de previsibilidade ao investimento externo, bem como a efetivação de investimentos diretos em infraestrutura. Ademais, caberá também ao Estado: i) o alongamento da escala salarial, na promoção de arrochos típicos de períodos autoritários (mas não somente), ii) a garantia de crédito subsidiado às elites e empresas transnacionais via Bancos de Desenvolvimento, ou mesmo a garantia de recursos via deslavada **corrupção** típica do período militar<sup>15</sup>; iii) a manutenção e ampliação de formas de rentismo (vide as reformas do PAEG, por exemplo); iv) o manejo dos ganhos inflacionários a partir de aplicações financeiras inacessíveis aos *de baixo* e a legitimação do distanciamento do padrão de vida dos mais ricos em relação aos mais pobres.

Senão, vejamos. Optando por uma observação de longo prazo, temos abaixo a evolução real do salário mínimo entre 1940 e 2018. Nela podemos notar como, após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vivenciamos paulatinos aumentos reais e significativos no salário mínimo, frutos, evidentemente de maior conscientização política e contestação popular típicas de um regime político aberto. Destaca-se aqui o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, a partir do qual o salário mínimo foi estendido a estes trabalhadores. Com o golpe civil-militar de 1964 esta tendência é refreada automaticamente, intensificando-se o que poderíamos chamar de

---

<sup>15</sup> Ver o livro de Pedro Henrique Campos, “Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”, publicado em 2014.

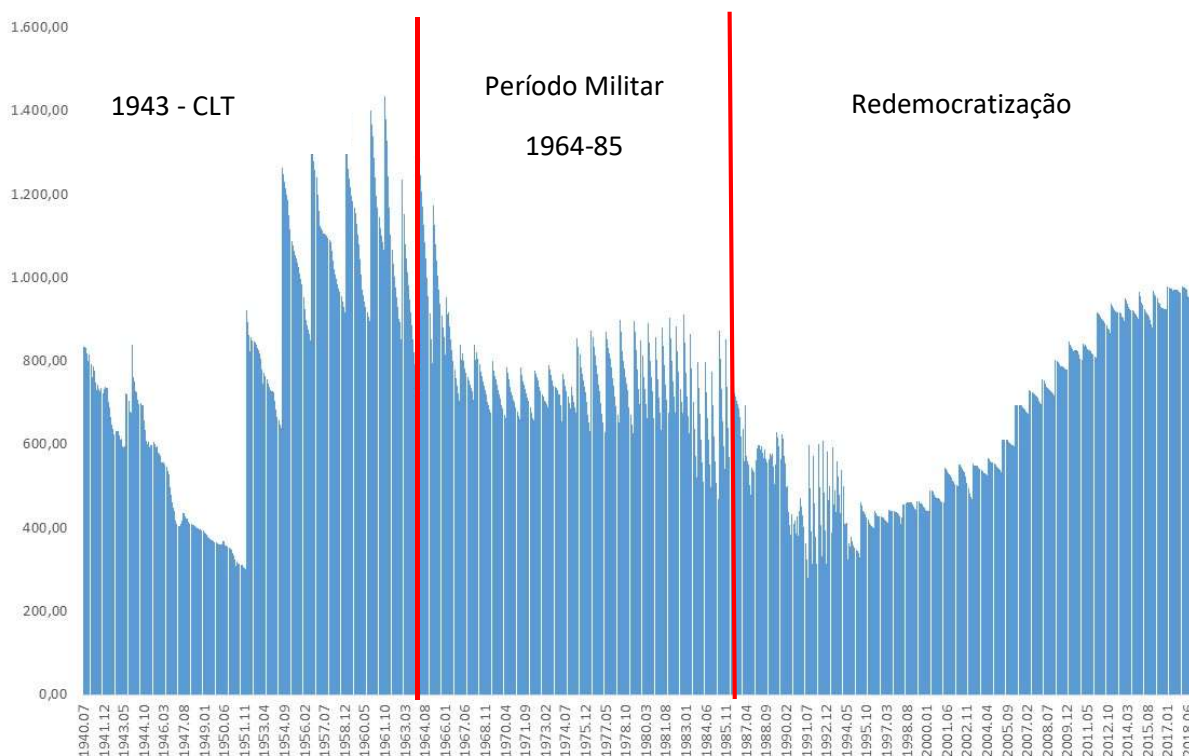
*acumulação predatória (à brasileira)*, que estabelece paradigmas de elevada concentração da riqueza. Apenas para exemplificar, enquanto na Alemanha então *Ocidental*, em 1980, a participação dos salários no PIB era de 50%, no Brasil, para o mesmo ano, era de 17%. De fato, a comparação com um país desenvolvido pode não fazer muito sentido; consideremos então o México: neste país, para o mesmo ano, a participação dos salários no PIB era de 37% (COSTA, 1997:64).

Desde a República Nova (cujo ciclo político aparentemente se encerrou em 2016), o salário mínimo em termos reais tem retomado, em especial após 2003, trajetória ascendente mais destacada. Contudo, ainda estamos **distantes dos níveis anteriores ao golpe de 1964**, duramente interrompidos pelo 31 de março - o dia que durou 21 anos. Fato é que o cerceamento democrático e a impossibilidade de mobilizações coletivas, somado à dura interrupção do modelo que aparentemente caminhava para uma melhor distribuição de renda, ampliou e perpetuou efeitos nefastos sobre a economia e a política brasileira: a pobreza aliada à falta de politização<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A questão do aumento da desigualdade social, sobretudo na fase no “milagre econômico” (1968-1973) chamou a atenção inclusive de economistas do *mainstream*, denotando preocupação ao esgarçamento do tecido social construído sob regime autoritário: “*Parece claro que aos trabalhadores, de uma maneira geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional à sua evolução. Os salários, nos casos em que não sofreram declínio, cresceram, na maioria das categorias, a taxas muito inferiores à da produtividade ou do produto per capita e o rendimento do trabalho não apresentou ganhos como percentagem do total*”. (LAGO, 1989: 294).

Figura 3 – Salários mínimos reais – 1940-2018.



Fonte: Elaboração própria a partir de [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Obs: Série em reais (R\$) constantes do último mês, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979. Para períodos anteriores, os deflatores utilizados foram o IGP-M (jan/1948-mar/1979), o IPC-RJ/FGV (jan/1944-jan/1948) e o IPC-SP/Fipe (jul/1940-jan/1944). O salário mínimo urbano foi instituído no Brasil por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e começou a vigorar em julho de 1940, com valores diferenciados entre estados e sub-regiões. Em 1943, foi incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, em 1963, foi estendido ao campo por meio do Estatuto do Trabalhador Rural. Foi nacionalmente unificado em maio de 1984, mas, desde 2000, a Lei Complementar 103 permite que os estados fixem pisos estaduais superiores ao mínimo nacional. Os dados desta série para o período em que a legislação federal definia faixas diversificadas referem-se sempre ao maior salário mínimo vigente no país.

## O “Demiurgo” e o projeto: sobre Mitos e Criatividade

No início dos elos descritos na *Figura 02*, retomando-se a expansão da produção (o que merece um destaque à parte, deve-se considerar os imbricados mecanismos que reforçam a dependência. Dos recursos de domínio dos quais dispõem os países centrais, na estrutura de poder internacional, o mais robusto é o **controle da tecnologia**. Por este caminho as empresas transnacionais, sobretudo a partir de 1973, miraram nas periferias como importante fonte de recursos do mercado financeiro<sup>17</sup>, a partir dos quais as empresas transnacionais utilizaram o *Poder de Ares*.

<sup>17</sup> Referência aos Eurodólares e posteriormente aos petrodólares. (Furtado, 1978:106).

Ter acesso a certos mercados periféricos de grandes potencialidades constituirá à época (e ainda hoje) objetivo estratégico de grande número de empresas transnacionais. A implantação é mais fácil para as empresas que já dispõem de uma rede de comercialização, que controlam uma faixa do mercado mediante importações, que já possuem conexões com o sistema financeiro local (FURTADO, 1978:107). Assim, o investimento que representa a instalação de uma filial num país periférico é pequeno, sendo as barreiras à entrada mínimas nestes mercados. Correlatamente, as formas de concorrência caracterizam-se por estruturas monopólicas em face do diferencial tecnológico e produtivo existente entre a capacidade localmente instalada e a empresa transnacional. Isso nos conduz, ainda com Furtado, “à fragmentação e segmentação do mercado mediante a multiplicação de modelos e a saturação da propaganda, sendo-lhes inerentes a subutilização da capacidade produtiva e elevados custos sociais. (FURTADO, 1978:107).

Neste processo de transplantação, evidentemente, o controle da empresa (filial) e representantes de seus departamentos de *marketing*, de produção e financeiro deverão ser transferidos para progressivamente para centros de decisão internos do país. Se o controle local se estende a muitos setores em função da complexidade do mercado em mira (é este o caso do Brasil), cria-se uma massa crítica que permite pressionar as transnacionais para que cedam a tecnologia em condições menos onerosas. Segundo Furtado torna-se possível orientar a tecnologia em função de objetivos definidos e criar um mercado para a tecnologia localmente produzida, entretanto os propósitos dessa política podem frustrar-se totalmente se a referida massa crítica não é obtida (Furtado, 1978:108). O autor, neste ponto, parece chegar ao *busilis da questão*, ao relacionar a implementação de transnacionais em países latino-americanos aliada à não transferência de tecnologia e a via autoritária e entreguista, **naufragando** qualquer possibilidade de constituição de um centro interno de decisões, sobretudo na ditadura militar. Mais uma das heranças do golpe civil-militar de 1964. Vejamos como a ideia foi desenhada em 1962.

A questão do *centro interno de decisões*, embora presente em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978, já estava esboçado em *A Pré-revolução brasileira*, de junho 1962. Nesta obra, já com entendimento maduro sobre o subdesenvolvimento, e acumulando a *lida* à frente da SUDENE, lembrando que viria a assumir o Ministério do Planejamento em setembro, Furtado nos brinda com brilhante exercício de conjuntura ao antever o golpe militar, escrevendo um livro inspirado pela filosofia da ação. Segundo o autor, em 1962:

*“... a economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda per capita – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica. Em outras palavras: o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fia apenas no sentido de elevação da renda média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia. O Brasil está repetindo, até certo ponto, a experiência do Japão em decênios anteriores: a conquista da autodeterminação no plano econômico ainda em fase caracterizada por um nível de renda per capita típico de país subdesenvolvido. Como decorrência dessa modificação estrutural, aumentou grandemente a eficácia de nossas decisões no plano da política econômica” (FURTADO, 1962:09).*

Furtado assume dupla premissa: i) que um regime político aberto proporcionou ganhos e produtividade e complexidade econômica, ao limite de internalizarmos parcela das decisões (estratégicas sob ponto de vista do Estado Brasileiro) e; ii) que o marxismo, em que pese a influência que exercia sobre a juventude à época, não constituía modelo para o Brasil.

A estratégia, já em antessala do golpe, era desqualificar as experiências socialistas fixando olhar na relação liberdade x desenvolvimento. Afirma Furtado: “Se chegássemos a admitir como tese válida que o desenvolvimento econômico dos países socialistas foi contrapartida do cerceamento das liberdades cívicas, deveríamos também aceitar como verdadeiro o corolário de que o preço da liberdade que fruímos é o retardamento do desenvolvimento econômico geral”. (FURTADO, 1962:22). Mirando à esquerda e à direita, o reformista Celso Furtado não enxergava nestes paradigmas possibilidades de desenvolvimento em sociedade aberta. A luta, ali, era pelo avanço das reformas de base, pela conquista de formas superiores de organização político-social – ainda circunscritas à classe operária, mas não aos camponeses - e pelo avanço vertical da industrialização em típico *catching up* (convergência ou aproximação tecnológica). Inferimos que naquele momento, em 1962, Furtado, em que pese o seu antimarxismo<sup>18</sup>, concentrava sua análise (veladamente) na possibilidade, colocada desde 1954, de um golpe militar que viesse a inviabilizar as reformas de base, fundamentais para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Por isso, em suas diretrizes para a ação apontava à época que devemos: i) prevenir **toda** forma de retrocesso em nosso sistema político-social; ii) criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país. (FURTADO, 1962: 31).

---

<sup>18</sup> Também expresso em outras obras, ver *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, de 1967. No documentário “O Longo amanhecer – uma biografia de Celso Furtado, de 2007, o próprio autor, aos 26 minutos, fala sobre essa questão, parecendo indicar que a adesão ao marxismo, naquele momento (década de 1950) e do ponto de vista de sua prática política, poderia fechar algumas portas, considerando o contexto da Guerra Fria.

O problema da estrutura agrária era premente. Numa economia capitalista, a escassez permanente de mão de obra pressiona no sentido da elevação dos salários reais, o que, por seu lado, estimula fortemente as inovações tecnológicas de tipo *saving labor*. O avanço tecnológico acelerado constitui base para a manutenção da taxa de lucro, e para evitar o colapso da demanda efetiva e o desemprego é indispensável que esses lucros sejam absorvidos pela economia em fluxo contínuo de novas inversões, ou seja, que a economia continue crescendo, indicando que a política de pleno emprego traz em si uma política de desenvolvimento. Na crise econômica que já se anunciava em 1962, no rescaldo da Industrialização por substituição de importações (ISI) e seus desequilíbrios, Furtado indica que as Reformas de Base (e o Plano Trienal) deveriam ser compreendidos como fatores que possibilitariam o ataque aos desajustamentos estruturais advindos da questão agrária<sup>19</sup>.

Em especial, a preocupação recai sobre o Nordeste<sup>20</sup> brasileiro que, nas palavras do autor, “não podendo concorrer, traumatiza-se ou desagrega-se”. Era necessário para Furtado um rápido processo de industrialização e, **simultaneamente**, reconstruir sobre novas bases a economia agropecuária, o que evidentemente seria tarefa de grandes proporções com importantes implicações financeiras, o que, segundo o autor poderia ocorrer, considerando o efeito multiplicador, a partir de transferência de 1% do produto líquido do centro-sul, que geraria taxa de investimento líquido da ordem de 7% ao Nordeste. A questão é assim descrita em 1962:

*“A velha estrutura colonial está enterrada no passado. O desenvolvimento econômico, hoje, é, basicamente, um processo de industrialização. Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe antepõem, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer*

---

<sup>19</sup> Contudo, a estratégia dos governos militares tomaram outro rumo: “O fato é que o grande salto para a frente empreendido pelos militares pressupunha uma aceleração da industrialização — a dita modernização — sem reformas estruturais de amplo alcance e sem um processo de mobilidade social mais amplo, uma vez que o grande objetivo das elites nacionais era avançar a acumulação capitalista sem abrir mão do controle sobre a mudança social, ou, em outros termos, o objetivo (alcançado por sinal) era “congelar” a luta de classes, o tempo histórico, evidenciando uma resistência sociopática à mudança. Assim, a dolorosa modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita. Isso, evidentemente, excluía parcela significativa da população brasileira das “benesses” dos ganhos de produtividade e acentuariam as pressões inflacionárias contidas no modelo, como de resto expulsaria as pessoas do campo numa escala ainda mais avassaladora”. (NAKATANI, P. FALEIROS, R. VARGAS, N. 2012:236)

<sup>20</sup> Celso Furtado, em todas as suas análises sobre o Nordeste, inspira-se na região descrita em *Formação Econômica do Brasil*, *ide* 1959, sempre o velho Nordeste “caracterizado pela reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, a substituição da lei geral pela norma local”. (FURTADO, 2004:113)

*governo deste país fazer o desenvolvimento o seu magno objetivo. (...) O caso da economia subdesenvolvida, entretanto, é distinto. A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja e se consolide. (...) trata-se agora de mudança qualitativa fundamental, a economia está dotada de elemento dinâmico próprio: com os investimentos industriais apoiados no mercado interno cada novo impulso para a frente significaria maior diversificação estrutural, mais altos níveis de produtividade, maior massa de recursos, novos investimentos, expansão mais rápida do mercado interno, possibilidade de superar-se permanentemente". (FURTADO, 1962: 40 e seguintes).*

Em clara confrontação com as teses liberais, Furtado acima apresenta foco nas potencialidades do mercado interno e nas políticas de integração nacional (encadeadas e promovidas pelo Estado, em típico *crowding in*) como sendo elementos essenciais à superação do subdesenvolvimento. Contudo, o seu **projeto para o Brasil**, estilizado **de maneira mais elaborada em 1969**, sai derrotado, verificando-se a inviabilidade histórica de seu viático e a manutenção ampliada dos efeitos deletérios do subdesenvolvimento tal como vimos acima. As Reformas de Base foram congeladas, em vinte e um anos de aumento da desigualdade acompanhadas por alto dinamismo. As obras escritas a partir deste momento serão absolutamente críticas às estratégias de crescimento adotadas pelos governos militares. Celso Monteiro Furtado foi incluído na primeira lista de cassados pelo Ato Institucional n. 1, tendo seus direitos políticos cassados por dez anos<sup>21</sup>. A ele, naquele momento, foi necessário deixar o cachorro com o filho do vizinho e os utensílios com a faxineira, tal como vimos na epígrafe deste texto.

Já no exílio, após passar pelo Chile e pela França, Furtado viajou em diferentes missões das Nações Unidas (ONU) e foi Professor Visitante na *American University* (Washington, D.C.), na *Cambridge University* e em outras instituições. Escreveu uma série de artigos, conferências e capítulos que viriam a compor uma de suas obras seminais: *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974. Nela, em crítica ao conceito de desenvolvimento, aponta que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevaleceram à época nos países cênicos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes deste sistema (FURTADO, 1974:74). O capitalismo, naquela “toada”, levaria a uma ruptura cataclísmica caso se universalizasse, sendo esta uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. Em clara crítica ao modelo econômico dos governos militares e o seu “grande salto

---

<sup>21</sup> Retornaria à vida pública em 1985, quando foi convidado a participar da Comissão do Plano de Ação do governo Tancredo Neves, e logo em seguida é nomeado Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, mudando-se para Bruxelas. De 1986 a 1988 foi ministro da Cultura do governo José Sarney.

para o caos”, afirma: “o custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que em toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana”. (FURTADO:1974,75).

Novamente, subjaz aqui a crítica aos modelos de desenvolvimento e suas generalizações, equivocadamente perseguida pelos militares. Dada a heterogeneidade estrutural, era possível apenas “miniaturizar”, em um país periférico, o sistema industrial dos países cênicos (aqueles aonde a acumulação de capital alcançou níveis muito mais altos), o que significava introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos distintos. Na fase de industrialização substitutiva, a extrema disparidade entre níveis (e o grau de diversificação) do consumo da minoria modernizada e da massa da população deverá incorporar-se à estrutura do aparelho produtivo. Desta forma, o chamado “desequilíbrio ao nível dos fatores” deve ser considerado como **inerente** à economia subdesenvolvida que se industrializa. O Estado teria importante participação nas indústrias produtoras de bens intermediários, e os capitalistas locais controlariam boa parte das indústrias de bens de consumo não duráveis, ao passo que as grandes empresas controlariam as atividades que se baseiam no progresso técnico (bens de consumo duráveis e equipamentos em geral) nichos nos quais o fluxo de novos produtos e grau de acumulação são mais intensos.

Para Furtado, então, sem o enfrentamento das **reformas do sistema**, a situação de dependência seria permanentemente reforçada (com a implantação de novos produtos, processos e técnicas) e com o descasamento entre o nível de acumulação e o padrão de consumo (público e privado) operado nas periferias subdesenvolvidas, tornando-se evidente que o avanço do processo de industrialização dependerá do aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração de renda (FURTADO, 1974:88). Ainda com o autor, “a característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes<sup>22</sup> em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular”. (FURTADO,1974:111-12).

Em síntese, quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá de ser a renda. Na esteira deste processo, e orientando-o, segue a dependência

---

<sup>22</sup> Ver “*A Elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*”, publicado em 2017 por Jessé de Souza.



cultural, expresso pelo comportamento dos grupos que se apropriam do excedente e modelam seu consumo pelos paradigmas vindos do exterior: a tragédia do **mimetismo cultural** como critério de diferenciações sociais<sup>23</sup>.

Tem-se neste processo, a partir da ditadura militar e seus desdobramentos, a definitiva capitulação das classes empresariais nacionais e o abandono de qualquer projeto de desenvolvimento nacional e autônomo. As conexões fundamentais entre subdesenvolvimento (como fenômeno histórico-estrutural) e dependência (como fenômeno cultural) “satelizaram” o Brasil e os países latino-americanos no concerto internacional. Anos depois, assim Furtado formalizará a questão: “o Brasil teve sua oportunidade histórica, acumulou riqueza e poderia ter transformado essa “modernidade” numa sociedade mais justa, mais estável. E não o fez. **Perdeu sua oportunidade histórica.** Perdeu-se pelo atraso social, por ter uma elite que se aliou aos Estados Unidos, preocupada estritamente em acumular para o benefício de uma minoria (FURTADO, 1995:105).

### O “Demiurgo” e a derrota: Significados do Golpe de 1964 e Transnacionalização

Discorrendo em 1984 sobre cultura e criatividade e sobre os impasses do subdesenvolvimento, Celso Furtado indica devemos nos reencontrar com o gênio criativo de nossa cultura. Somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzir a superação do referido impasse. Revela-se cristalinamente a faceta de um projeto radicalmente democrático e popular, como forma de superação das mazelas do subdesenvolvimento. Com o autor:

*Ora, essa vontade coletiva só poderá surgir se se der um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente [referindo-se à década perdida] terá que ser uma maior participação do **povo** no sistema de decisões. Assim, o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. Cumpre-nos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura”. (FURTADO, 1984: 30)*

---

<sup>23</sup> Entre os anos 60 e 70, a questão da dependência foi discutida levando-se em consideração diferentes matizes teóricos, dentre os quais citamos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Teotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, dentre outros. Contudo, essa discussão foge ao escopo deste texto. Ver (HADLER, 2012).

Com estas palavras de otimismo o Cavaleiro Andante profetizou aos estertores do Regime Militar, putrefato pela crise financeira internacional e pelo esgotamento do modelo. Abriam-se ali, para Furtado, diversas possibilidades democráticas que poderiam reverter as “*fantasias desfeitas*” e provocar rebatimentos positivos pelo, para e a partir do **povo**. Mesmo em que pesasse a década perdida e os problemas econômicos e políticos herdados dos Militares, a abertura democrática - A República Nova – oxigenava reflexões de teor mais inclusivo que iriam, por exemplo, desaguar na Carta Magna de 1988. Era este o “*Geist der Zeit*”, de otimismo e esperança para aqueles que durante mais de duas décadas sonharam com o fim da Ditadura Militar.

Contudo, a transnacionalização já se encontrava em estágio avançado, reduzindo enormemente as possibilidades de implementação de um centro interno de decisões e de complexificação e expansão do mercado interno. O fenômeno é entendido em Furtado como a desarticulação do sistema econômico, o que comprometeria sua estabilidade (social e não apenas econômica) e a própria unidade nacional, algo que parece galopante nos dias atuais em face dos conflitos tributários federativos<sup>24</sup> e da própria ideologia e visão política diferenciada, que tem encaminhado o Brasil contemporâneo à polarização.

O sistema econômico nacional não é outra coisa senão “a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem estar coletivo” (FURTADO,1992:30), contudo, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem [ e por que não dizer do próprio encadeamento entre os Departamentos de bens de produção, consumo dos capitalistas e consumo dos assalariados, *à la* Escola de Campinas] , enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas: “se instalam plataformas de exportação no Nordeste (...) e a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional (FURTADO, 1992:32). A desarticulação dos mercados traz consigo, como tendência, a especialização regional em

---

<sup>24</sup> “No Brasil, a luta pelo federalismo está ligada às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas do imenso território que o forma. Não se coloca entre nós o problema de choques de nacionalidades, de conflitos culturais ligados a disparidades étnicas ou religiosas [algo em que, humildemente, discordaríamos de Furtado, considerando as tensões sociais existentes em 2018]. Mas sim o da dependência econômica de certas regiões com respeito a outras, de dissimetria nas relações entre regiões, de transferência unilaterais de recursos encobertas em políticas de preços administrados. Na diversidade das regiões estão as raízes de nossa riqueza cultural. Mas a preservação dessa riqueza exige que o desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional”. (FURTADO,1999:46-7).

determinadas commodities como de resto gargalos crescentes nos elos das cadeias produtivas, em fenômeno conhecido como desindustrialização.

Partindo de Furtado, a desindustrialização no Brasil pode ser interpretada como a desarticulação do sistema econômico nacional por meio da do esgarçamento do tecido industrial, regional e social erigido durante a constituição de uma sociedade urbano-industrial. É acompanhada, por sua vez, por redução da diversificação produtiva, aumento do atraso tecnológico e quebra de elos em cadeias produtivas, assim sendo, criando limites à reprodução endógena do capital. Cano (2014) argumentou que a desindustrialização brasileira tem a ver com a reprodução dos mecanismos do subdesenvolvimento, tendo relação com a dinâmica internacional, com as reformas estruturais no início da década de 90 (abertura comercial, financeira e privatizações), e com a condução equivocada da política macroeconômica desde então.

A partir deste período, o Brasil passou por um profundo processo de reorganização econômica com um rápido aprofundamento da lógica liberal pautado principalmente na desregulamentação econômica, privatização e, por consequência, severo processo de desindustrialização. Novamente, o mimetismo ideológico se enraíza em parte significativa da sociedade. Não é difícil dizer que tais processos, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma, foram os elementos fundamentais que, considerando o atual período, deverão avançar ainda mais. Criaram **novas amarras** para uma velha dependência, que tendem a perpetuar o subdesenvolvimento brasileiro. Retomar ou retornar ao pensamento de Furtado é fundamental para que sejam entendidas e criadas as condições políticas e culturais para desfaze-las. Sobre os deletérios efeitos da transnacionalização, vejamos algumas passagens de Celso Furtado referindo às décadas de 1980 e 1990:

*“Os sistemas econômicos de grandes dimensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais - Brasil, Índia e China aparecem em primeiro plano - **difficilmente sobreviverão se perderem a força coesiva gerada pela expansão do mercado interno.** Nesses casos, por mais importante que seja a inserção internacional, esta não é suficiente para dinamizar o sistema econômico. Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos somente sobrevivem e crescem por vontade política apoiada em um projeto com raízes históricas” (FURTADO, 1992: 6, grifos nossos)*

*“A pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento, tem com frequência origem numa situação de privação original do acesso à terra e à moradia. **Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos dos mercados** (FURTADO, 1992: 55, grifos nossos).*

*“Não me escapava que o verdadeiro desenvolvimento se dá nos homens e nas mulheres e tem importante dimensão política. A história subsequente não fez senão confirmar minhas opiniões iniciais. **Assim, como ignorar que foi porque a partir de 1964 o Brasil paralisou seu desenvolvimento político – em realidade, retrocedeu** [e*

continua a retroceder] *nesse plano enquanto sua sociedade crescia e se fazia mais complexa -, como ignorar, dizíamos, que nos tornamos uma nação de difícil governabilidade, que destrói recursos escassos e acumula problemas de forma alucinante?*” (FURTADO,1992:75, grifos nossos).

*“Nós somos de uma geração que não só se livrou dos preconceitos negativos que havia sobre o Brasil com relação ao clima e à raça, mas também teve a consciência de que o País estava numa rápida transformação e que éramos as fronteiras do progresso no mundo. Quem viveu esses anos viveu isso, o que não deixa de ser uma experiência extraordinária. E depois, tudo isso se interrompe, nos anos 1980”.* (FURTADO em entrevista a KULGEMAS, 2011: 384).

Acima, são pontuadas claramente as ainda pertinentes colocações do autor acerca do subdesenvolvimento. Claramente, reconhece-se que o desafio em face da transnacionalização torna-se ainda maior, levando-se em conta o paradigma tecnológico inalcançável às periferias e a dependência financeira ampliada após a libertação de *Prometeu* – o dólar como moeda fiduciária com poder liberatório em escala mundial. Chama atenção também para a necessidade de coesão do mercado interno em face do atrofiamento dos mecanismos de comando sobre os sistemas econômicos nacionais, tarefa que talvez apenas a China tenha cumprido à época<sup>25</sup>. A fome, a pobreza e miséria são vistas, confluindo com a visão de Amartya Sen (1981), como derivações da falta de acesso à terra, à moradia e à água, uma “privação original” imposta aos desabilitados do subdesenvolvimento.

Deve-se observar também o diagnóstico de vulnerabilidade econômica percebido por Furtado em que pese o seu otimismo mediado pela cultura e pelo povo. Aponta para a **grande derrota** de uma geração que fez e pensou o Brasil, solapados pela dura realidade, e responsabiliza, de maneira certa, sob nosso juízo, a **ditadura militar** pelo atraso e retrocesso político e social que nos incapacitou, como povo, a resistir nas trincheiras de nosso sistema econômico nacional, reordenando-o soberanamente. O subdesenvolvimento é antes de tudo, a colonização das mentes e corações de uma nação, e **nós “ainda não temos noção dos reais e deletérios impactos das duas décadas de ditadura militar sobre o povo brasileiro (...) o golpe de 64 cortou a alternativa histórica de um país decente, e introduziu uma outra alternativa terrível que é essa que está por aí** <sup>26</sup>”.

<sup>25</sup> “O que importa assinalar é que o estilo de crescimento estabelecido na fase anterior pela modernização impunha certo padrão de industrialização. Para escapar dele seria necessário corrigir a distância entre a penetração da moderna tecnologia no estilo de vida e nos processos produtivos. Mais precisamente, congelar importantes segmentos da demanda de bens finais de consumo e intensificar consideravelmente a acumulação no sistema produtivo. Vale dizer, por em andamento um processo político que, pela magnitude dos interesses que contraria, somente se produz no quadro de uma convulsão social” (FURTADO,1992:43)..

<sup>26</sup> O trecho em “aspas” reproduz uma das falas de João Manuel Cardoso de Mello, aos 49 minutos, no documentário *O Longo Amanhecer – uma biografia de Celso Furtado*, de 2007.

Neste quadro, em *O longo amanhecer*, de 1999, Furtado claramente define o problema:

*“Os países que já avançaram no processo de industrialização principalmente voltado para o mercado interno – o Brasil é o exemplo conspícuo – serão confrontados com um dilema: optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio, ou lutar para abrir caminho no sentido de privilegiar o desenvolvimento do mercado interno. Nesta segunda hipótese, o acesso à vanguarda tecnológica será mais custoso, mas o desenvolvimento será autodirigido e as forças que apoiam mudanças sociais, mais participativas. Para os que adotam essa posição contestadora a história está longe de apresentar-se como concluída (...) **Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser**”.* (FURTADO, 1999, 25-6)

A escolha dos governos que se sucederam foi a de um caminho natural, acovardando-se diante das possibilidades de ruptura, mesmo que mínimas, e aderindo à ordem transnacionalizada em situação de fragilidade, tendo o “Consenso de Washington” como corolário. Furtado elege o passivo externo como o *locus* de observação. Senão, vejamos. Em tom de crítica ao Plano Real, sobretudo pelo diagnóstico monetarista acerca da inflação, e não relacionando-a ao aspecto estrutural, o país começou a projetar a imagem de uma economia distorcida que se endividava no exterior para financiar o crescimento do consumo e investimentos especulativos, alienando o patrimônio nacional mediante um programa de privatizações<sup>27</sup>. A dimensão do passivo externo líquido em 1999 (diferença entre o passivo externo bruto, que é igual à soma da dívida externa com o estoque de investimentos estrangeiros, e os ativos externos) praticamente dobrou entre 1994 e 1998, passando de 35% para 65% do PIB. Se relacionarmos esse passivo com o estoque de capital fixo, a relação aumenta de 23% para 44%. Isso significou a opção **consciente** pelo endividamento externo na estratégia de combate à inflação, ampliando os problemas de financiamento de longo prazo da economia brasileira. (FURTADO, 1999:28-9).

A título de exemplificação, o problema, lá atrás indicado pelo autor, adquire contornos insustentáveis em 2018. Observando as transações correntes (balança comercial e demais contas), entre janeiro e agosto deste ano, verifica-se saldo de aproximadamente 37 bilhões de dólares, ao passo em que observamos para o mesmo período, cerca de 44,5 bilhões<sup>28</sup> de dólares

<sup>27</sup> As propagandas do governo na televisão, como demonstrado no documentário *Privatizações – A Distopia do Capital*, de 2014, durante o início do Programa Nacional de Desestatização (PND) em 1991, durante o Governo Collor, mostravam a representação do Estado como um elefante desajeitado que atrapalhava a vida da família de classe média brasileira. Quando o Estado começa a se “modernizar” o elefante ainda continua na vida da família brasileira, agora mais ágil, participando até de atividades de ginástica sem atrapalhar a vida do “cidadão de bem”.

<sup>28</sup> Banco Central do Brasil. Estatísticas do setor externo. Nota para a imprensa em 24/09/2018. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/htms/notecon1-p.asp> Acessado em 08 de outubro de 2018.

subdivididos em viagens, **aluguel de equipamentos**, transportes, lucros e juros. Grosso modo, é como se o país gerasse superávits comerciais exaurindo seu solo, sobretudo com a exploração de seu território e riquezas naturais por empresas estrangeiras, e acumulando todos os efeitos nefastos ao meio ambiente, além de perpetuar a estrutura agrária altamente concentrada, para, ao final das contas, remeter parcela significativa destes mesmos saldos para a remuneração de alugueis e juros e remessa de lucros para o exterior. Esta é a armadilha do subdesenvolvimento em seu estágio mais desenvolvido.

Não podemos aqui deixar de nos espelhar no destemido coração do cavaleiro andante e convidar à **coragem** todos os brasileiros. É preciso mudar o rumo. “Essa mudança de rumo, no que nos concerne — diz o economista paraibano em *Brasil: a construção interrompida* —, exige que abandonemos muitas ilusões, que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante. Devemos assumir nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto intitulam desenvolvidos. **É assumir a própria identidade**<sup>29</sup>. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto”. (FURTADO, 1992:77).

### A saudade do Futuro

Celso Furtado faleceu em 20 de novembro de 2004. Deixou-nos a saudade do futuro. Houve um tempo neste país em que pessoas como ele acreditaram num mundo melhor, na utopia de um *devir* superior destinando a ciência e o conhecimento para a **ação**. Havia uma ordem a ser transformada; os elos de subdesenvolvimento e da dependência, mais robustos do que a terceira fase sólida do carbono, eram criativamente contestados pela história, pela teoria e pela política (nesta seara, mesmo que timidamente).

É este um primeiro ensinamento que devemos absorver do cavaleiro andante: o conhecimento é uma forma de **combate**, e pouco valor possui quando soberbo e desconectado dos reais problemas da sociedade. Não é por acaso que em diversas obras, e aqui citaremos três,

---

<sup>29</sup> O que nos remete a Tânia Bacelar de ARAÚJO (1999:157) em sua defesa por uma política nacional de desenvolvimento regional: “Por tudo que já se analisou (...) [é] preciso pensar e agir o Brasil HETEROGÊNEO e DIVERSIFICADO. Para tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema) a crescente diferenciação interna das diversas macrorregiões do país.

Furtado encaminha mensagens e responsabilidades que devem recair aos jovens economistas. São elas: “*A pré-revolução brasileira*” (1962); “*O Longo amanhecer*” (1999) e “*Em busca de novo modelo*” (2002); obras nas quais o autor empreende uma espécie de chamamento às novas gerações para pensar o Brasil, dado que certamente herdarão problemas ainda mais complexos dos que os tratados por ele. É como se Furtado implorasse aos neófitos da ciência econômica a atenção à América Latina, ao Brasil e ao Nordeste, espaços (e tempos) das amarras do subdesenvolvimento.

Em resposta às questões colocadas no início deste texto, responderíamos: i) seria hoje o pensamento do autor capaz de iluminar os caminhos para um novo plano nacional de desenvolvimento? Sim, certamente suas reflexões constarão na matriz de qualquer projeto de futuro que reconheça nossa autonomia, especificidades e necessidades reais. A abordagem histórico-estrutural empreendida por Furtado só foi viabilizada em razão de sua grande capacidade de estabelecer mediações entre modelos, teoria e história. O Nordeste, como diagnóstico, e a SUDENE, como ação constituem (por exemplo) a síntese seu pensamento, sem nunca tergiversar sobre as formas institucionais típicas de uma **sociedade aberta**; ii) reunimos condições de desfazer as amarras da dependência econômica e cultural que assolam o Brasil nos quadros da transnacionalização do capital? Responder negativamente a esta questão é simplesmente negar o legado furtadianos, e não temos o direito de desistir do futuro, embora percebamos a saudade.

Em sua última obra “*Em busca de novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea*”, de 2002, Celso Furtado exprime a sua última crítica, aos 82 anos de idade:

*“O autoritarismo político, que a partir de 1964 neutralizou por duas décadas todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbou as tendências perversas do nosso desenvolvimento mimético. Esse autoritarismo, como um deus mitológico [referência ao deus Jano], apresentou duas faces. Se por um lado, favoreceu os interesses criados da área econômica, por outro agravou o isolamento da esfera política, que adquiriu crescente autonomia sob a forma de poder tecnocrático. Implantou-se a fantasia geopolítica da ‘potência emergente’. Aí tem uma de suas raízes o processo de endividamento externo, que nos levou a uma situação de desgoverno sem precedente. O desenvolvimento, gerado endogenamente, requer **criatividade no plano político**, e esta se manifesta quando à percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”.* (FURTADO, 2002:32). **Grifos nossos.**

O país registra hoje, em decorrência do baixo dinamismo de longa duração, um grave quadro econômico, social e o desmonte do pacto social forjado na Constituição de 1988. O trabalho por conta própria, flutuante, muitas vezes informal, já é uma realidade na vida de um em cada quatro brasileiros. Desilusão, tristeza, depressão, falta de solidariedade. Em parte, é

esta a camada que no atual contexto político tem dado corpo à ascensão de uma ditadura, se não na forma, porque estribada unicamente na frágil figura do voto, certamente no conteúdo, travestido de militarização autoritária e cerceamento das liberdades democráticas. Desconsideram que a Política é uma valiosa referência humana e esvaziam a **ação** (nos termos de Hannah Arendt) desabilitando-se da vida pública. A contribuição de Celso Furtado, aliás, a contribuição de uma vida, de um homem para além de seu tempo, um clássico do pensamento social brasileiro, nos alerta para o significado de um regime político fechado em situação de subdesenvolvimento e suas consequências para os mais pobres. O cavaleiro andante de destemido coração, em seu viático, deixa, para as novas gerações, o desafio de construção de uma outra sociedade, a esperança de uma espécie de “construção retomada” ainda por vir.

#### FILMOGRAFIA:

**O Longo amanhecer – uma biografia de Celso Furtado.** (Brasil, 2007, 73 min.) Direção de José Mariani.

**Privatizações: A distopia do capital.** (Brasil, 2007, 56 min.) Direção de Silvio Tendler.

#### BIBLIOGRAFIA:

- ABRAMOVAY, R. (orgs) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo. Edusp/Ed. Da Unesp. 2001. p. 33-38.
- ARAÚJO, T. B. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, pp. 144-161, abr-jun 1999.
- ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 anos de formação econômica do Brasil – Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp. 139-174, jul-dez 2014.
- CAMPOS, P.H. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EDUFF, 2014.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo, UNESP, 2009.
- COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil. 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- FERNANDES, F. *Circuito fechado*. Quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. 4.ed.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz & Terra,



- 1984.
- FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1992.
- FURTADO, C. O pensamento econômico latino-americano. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 41. p. 96-110, mar. 1995. Entrevista concedida a Carlos Mallorquim.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 34º ed.
- HADLER, J.P.C. *Dependência e subdesenvolvimento*. A transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. São Paulo: Alameda, 2012.
- KULGEMAS, E. Dossiê Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado, vol 6 (8), maio de 2011.
- LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicada, 1889-1989*. São Paulo: Ed. Campus, 1989.
- LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1979.
- MALTA, M. M. (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- NAKATANI, P. FALEIROS, R.N., VARGAS, N.C. Histórico e limites da Reforma Agrária na contemporaneidade brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012. Acesso em 07/10/2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a02n110.pdf>
- OLIVEIRA, F. *A navegação venturosa*. Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente, 1970. In: SERRA, J. (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Paz e Terra, RJ, 2ª. Ed, 1979.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*. Os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SEN, A. *Poverty and Famines: an essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- SOUZA, J. *A Elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- TAVARES, M.C. & SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 6ª ed.